

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



O vereador Gustavo Petta (PCdoB), autor da proposta

Dário desmonta ‘Caramelo’, mas Petta segue firme 1

O vereador Gustavo Petta (PCdoB-SP) conseguiu esta semana na Câmara Municipal o compromisso de construção de uma emenda para que a essência da Lei Caramelo seja preservada. Isso porque o prefeito Dário Saddi (Republicanos-SP) vetou trechos do documento, descaracterizando completamente a proposta. Barrou a colocação voluntária, por parte da população, de casinhas e comedouros em espaços públicos. Mas, a ideia consiste justamente em ajudar, de forma concreta, os animais que vivem em determinada comunidade. De contrário, para que serviria a lei? Mais burocracia inútil? Mais propaganda vazia para colocar nas redes sociais?

Dário desmonta ‘Caramelo’ 2

Só que ainda piora. A justificativa do prefeito? Custos à Prefeitura. Mas, “não há nenhum lugar no projeto que diz isso. Fala do direito do cidadão de oferecer melhores condições aos animais comunitários”, afirma Petta, talvez tendo que desenhar. A bola fora de Dário ganha destaque após o caso do cão Orelha (SC) ter comovido o Brasil, apontado a necessidade de legislações para pets comunitários.

Câmara Municipal de Campinas



Proposta é do vereador Marrom Cunha (MDB-SP)

Programa de Proteção ao Idoso 1

O vereador Marrom Cunha (MDB-SP) protocolou um projeto de lei na Câmara que institui o Programa Municipal de Proteção e Apoio ao Idoso (PMPAI) em Situação de Violência e Vulnerabilidade Social. Estabelece um conjunto de medidas permanentes voltadas à prevenção, combate e erradicação de todas as formas de violência, abandono e negligência contra a pessoa idosa no município. Entre as principais medidas previstas, a criação do Centro Especializado de Atendimento ao Idoso (CEAI).

Programa de Proteção ao Idoso 1

O CEAi atuará em parceria com a Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacia do Idoso e a rede socioassistencial do município, com foco na adoção de medidas protetivas e responsabilização dos agressores. “A ausência de uma rede municipal estruturada, integrada e especializada compromete a efetividade das políticas públicas existentes”, afirma o vereador.

PINGA-FOGO

Pra inglês ver 1

“Tem político que inaugura até lombada”. Assim foi a analogia feita por um especialista em segurança pública, com mais de 30 anos de serviços prestados a Campinas, sobre a cerimônia de entrega das novas armas à Guarda, realizada pelo prefeito Dário no Salão Vermelho. “Ano eleitoral”, completou o PM.

Pra inglês ver 2

“Por que que uma simples troca de armamento vira um evento público? E por que demorou tanto tempo para comprar essas armas? A GM de Campinas é segunda maior guarda do Estado. Só perde pra Capital”, aponta o especialista.

Pra inglês ver 3

“Equipamento tinha que ser rotina, ser atualizado, trocado, substituído por novo. É uma obrigação do município. Uma consideração com os guardas e com a população, porque os caras estão na rua”, informa sobre o óbvio. “E as reclamações de viatura velha, de não ter uniforme novo?”

Encargo 1

É extremamente louvável que os vereadores se preocupem com a população e com os buracos de rua - causadores de transtornos. Mas, é curioso observar a quantidade de parlamentares da base do governo que precisam diariamente solicitar à Prefeitura que a Administração Municipal faça a obrigação dela.

Encargo 2

O mato em áreas públicas é de fato um problema, sobretudo em tempos de dengue, que a prefeitura orgulhosa afirma combater assiduamente. Talvez seja por isso que todos os dias vereadores que a apoiam precisem solicitar o corte e agradecê-la pelo cumprimento do dever.

Até que enfim

A situação de moradores em situação de rua em Campinas conta com assistência fragmentada, pior que Frankenstein. Mas, há uma luz no fim do túnel. Foi criada a comissão para estudar a implantação de uma fazenda de acolhimento, concentrando os serviços.



Paolla (PT-SP) quer descentralizar a decisão sobre aumento

Reajuste de tarifa pode ser submetido a conselho

Projeto quer democratizar a decisão tomada pelo Executivo

Raquel Valli e Moara Semeghini

O reajuste da tarifa do transporte público de Campinas (SP) só poderá ser instituído após ser analisado pelo Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (CMMU) e receber o aval do colegiado. Isto é o que propõe um projeto protocolado na Câmara Municipal de Campinas pela vereadora Paolla Miguel (PT-SP). “O projeto transforma a participação social institucionalizada em elemento efetivo do processo decisório, e não meramente formal ou consultivo”, aponta a parlamentar. A tramitação, entretanto, enfrenta obstáculos no próprio sistema político para poder virar lei. Exige aprovação dos vereadores em duas votações no plenário e, na sequência, sanção do prefeito, conforme o rito administrativo padrão. O cenário apresenta complexidade pois o chefe do Executivo detém o poder de determinar reajustes tarifários de maneira unilateral, sem necessidade de aval de colegiados. Por este motivo, existe a possibilidade de resistência do governo municipal em descentralizar essa prerrogativa decisória. Mas, a Prefeitura de Campinas mantém a política de não emitir declarações sobre projetos de lei em andamento.

O projeto

Altera a Lei Complementar 378/2022 acrescentando um pa-

rágrafo ao artigo 23, determinando que o parecer do conselho se fundamente em estudos técnicos, planilhas de custos, demonstrativos de impacto econômico e social. Modifica a Lei 11.833/2003 para incluir um inciso que atribui ao colegiado a competência de analisar, deliberar e emitir parecer vinculante sobre a correção tarifária. Baseia-se nas diretrizes da Lei Federal 12.587, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelecendo como princípios a gestão democrática, a transparência e a participação social na formulação e avaliação das políticas do setor. Cita o exemplo de Belém (PA), Conselheiro Lafaiete (MG), Florianópolis (SC) e João Pessoa (PB), que condicionam reajustes tarifários à deliberação prévia dos colegiados.

Complexidade

O mestre em planejamento urbano, Ayrton Camargo e Silva, ex-diretor da Emdec (empresa municipal responsável pelo trânsito campineiro) e professor da PUC-Campinas, lembra que o reajuste tarifário é apenas a ponta do iceberg.

“O conselho pode ajudar a levar demandas da sociedade, que muitas vezes o poder público desconhece ou despreza” porque “os desafios da mobilidade em uma cidade como Campinas são muito maiores do que apenas esse tema”.